



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.580, DE 2019 **(Do Sr. Raul Henry)**

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Lei nº 9.424, de 1996, para destinar parte da quota federal do salário-educação à distribuição anual de recursos financeiros a Municípios que apresentarem maior avanço em seus Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-347/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15.....

.....

§ 1º-A. Pelo menos um quinto da quota federal referida no inciso I do § 1º será distribuído de modo proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes públicas de educação básica, aos Municípios que se situarem entre os 20% (vinte por cento) que lograrem maiores avanços proporcionais, por biênio, nos respectivos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) relativos aos anos iniciais do ensino fundamental e/ou relativos aos anos finais do ensino fundamental.

.....”(NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor no exercício subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem o objetivo de instituir um importante mecanismo de estímulo à melhoria da qualidade da aprendizagem no ensino fundamental público oferecido pelos Municípios.

Experiências realizadas em Estados brasileiros indicam que a associação da distribuição de recursos financeiros ao avanço nos indicadores educacionais municipais tem apresentado resultados significativos.

O País já conta com um sistema nacional de avaliação da educação básica consolidado, que produz um indicador expressivo: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB. Nada mais adequado do que relacionar o progresso nesse indicador com o aporte de recursos financeiros por parte do Governo Federal aos entes municipais.

Propõe-se como beneficiários dessa política distributiva o quinto superior dos Municípios que apresentarem, em dado biênio, maior avanço

proporcional em seus índices do IDEB para os anos iniciais e/ou para os anos finais do ensino fundamental.

Considerando os Municípios que tiveram o IDEB calculado para os anos de 2015 e 2017, essa proposta alcançaria 980 Municípios com relação ao índice dos anos iniciais, e 593 Municípios com relação ao índice dos anos finais do ensino fundamental. Dentre esses, 205 Municípios apresentaram essa expressiva evolução nas duas subetapas do ensino fundamental.

A fonte de recursos proposta para essa política de estímulo à qualidade é a quota federal do salário-educação, cujo objetivo, por sinal, nos termos da Lei vigente, é exatamente o financiamento de programas e projetos voltados para a universalização do ensino fundamental, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócio educacionais.

Destinar um quinto dessa quota para tal finalidade significa, considerada a arrecadação do salário-educação observada em 2018 (R\$ 21,9 bilhões líquidos, dos quais R\$ 7,3 bilhões compuseram a quota federal), alocar um montante de aproximadamente R\$ 1 bilhão e 400 milhões anuais. Um Município com número médio de alunos receberia algo em torno de R\$ 787 mil caso tenha apresentado, de acordo com o critério estabelecido no projeto, progresso no IDEB em uma ou outra etapa do ensino fundamental, e R\$ 1 milhão e 575 mil, se avançado em ambas as etapas.

Trata-se, portanto, de inserir na legislação uma política que incentive a busca da qualidade.

Estou seguro de que a relevância da iniciativa haverá de receber o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2019.

Deputado **RAUL HENRY**
MDB-PE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8 212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º O montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, calculado sobre o valor por ele arrecadado, será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observada, em 90% (noventa por cento) de seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma: [“Caput” do parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.880, de 9/6/2004](#)

I - Quota Federal, correspondente a um terço do montante de recursos, que será destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a universalização do ensino fundamental, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócioeducacionais existentes entre Municípios, Estados, Distrito Federal e regiões brasileiras;

II - Quota Estadual e Municipal, correspondente a 2/3 (dois terços) do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para financiamento de programas, projetos e ações do ensino fundamental. [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 10.880, de 9/6/2004\)](#)

§ 2º (VETADO)

§ 3º Os alunos regularmente atendidos, na data da edição desta Lei como beneficiários da aplicação realizada pelas empresas contribuintes, no ensino fundamental dos seus empregados e dependentes a conta de deduções da contribuição social do Salário-Educação, na forma da legislação em vigor terão a partir de 1º de janeiro de 1997, o benefício assegurado, respeitadas as condições em que foi concedido, e vedados novos ingressos nos termos do art. 212, § 5º, da Constituição Federal.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 1997.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
 Paulo Renato Souza

FIM DO DOCUMENTO